

## Sob o domínio de Roma: a influência clássica na República Velha.

Cláudio Umpierre Carlan

Universidade Federal de Alfenas / MG

Fapemig

### Apresentação

No Brasil o estudo da História Antiga sempre ficou legado a um segundo plano. Um local de pouca importância direcionada apenas pelo romantismo e curiosidade sobre civilizações exóticas a muito “desaparecidas”. O cinema tratou de reforçar esse romantismo exacerbado sobre o tema. Amor e aventura em um mundo perfeito, sem pobreza, miséria, fome. Apenas homens musculosos e mulheres curvilíneas.

Filmes como Gladiador e Tróia, ou os mais antigos, Quo Vadis, Terra de Faraó, Cleópatra, Queda do Império Romano entre outros, retratam, muitas vezes anacronicamente, esse período. Como por exemplo o penteado *chanel* da atriz Claudette Colbert (Cleópatra, 1934, dirigido por Cecil B. de Mille); a construção da pirâmide de Quéops (Terra de Faraó dirigido por Howard Hawks, 1952) com mecanismos inexistentes no período (IV Dinastia entre os anos de 2723 – 2763 a.C., no Antigo Egito), ainda mais relacionando com o Êxodo Hebraico (saída dos hebreus do Egito liderados por Moisés). Cecil B. de Mille na sua obra prima, “Os Dez Mandamentos” (esse sim sobre a saída dos hebreus do Egito), compara o governo de Ramsés II (1301 – 1235 a.C.) a ditadura de Stalin. Os cineastas Anthony Mann e Serguei Eisenstein, tentaram fugir dessa linha. Mann quando dirigiu “El Cid”, se baseou quase que exclusivamente na baladas medievais, dando ênfase ao panorama político da época: a luta pelo poder entre os reis cristãos e seus descendentes, a diferença cultural dos mouros (árabes da península ibérica) para seus primos dos demais territórios muçulmanos. Já Eisenstein, como fizera em o “Encouraçado Potiomkin” (1925), tenta estabelecer um padrão real, ou próximo, em “Alexander Nevski” (1938). Stalin “aconselhou” ao diretor, a compará-lo com o príncipe de Nevski, que no século XIII,

deteve a invasão dos cavaleiros teutônicos alemães. Quem sabe, já prevendo uma futura invasão nazista (como ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial 1939 - 1945).

Nas Universidades a ênfase e o maior destaque (principalmente verbas) são direcionados para as ciências exatas. Humanas, apenas relacionadas com Brasil. Por que estudar Antigüidade num país que não teve contato direto com as civilizações orientais e clássicas ? Não “existem” documentos, leia-se fontes primárias, em nosso país que retratam esses povos ? Qual estudante e pesquisador em Antigüidade que nunca ouviu essas críticas.

Esquecem da grande influência dessas civilizações na nossa sociedade contemporânea. Muitos costumes, cuja origem nem mais lembramos, estão ligados diretamente a esses povos. A língua (latim), as leis (Direito Romano), nas artes, nos ditados populares (gosto não se discute / tradução do provérbio latino *de gustibus non est disputandum*), o noivo que carrega a noiva nos braços (alusão ao rapto das Sabinas por Rômulo).

Existe no Brasil um grande número de documentos que retratam a Antigüidade, principalmente a Greco-Romana. Não apenas fontes escritas, mas também ligadas a cultura material como estudo arqueológico de edifícios, estátuas, cerâmicas, pinturas, moedas entre outras categorias de artefatos<sup>1</sup>. É exatamente sobre as moedas que daremos um destaque maior.

A Influência do Império Romano no Estado Moderno está presente através de vários fatores. No caso específico do Brasil, notamos essa herança na literatura, nas representações iconográficas, no idioma nas leis, entre outros.

#### Numismática: Antiguidade e Modernidade

Usando um importante material numismático do acervo do Museu Histórico Nacional, localizado na cidade do Rio de Janeiro, notamos a presença romana não apenas na Monarquia Brasileira, mas também na década de 1920, durante a República Velha.

---

<sup>1</sup> FUNARI, Pedro Paulo Abreu. A Renovação no Ensino de História Antiga. In: KARNAL, Leandro (org.). História em Sala de Aula. São Paulo: Contexto, 2003, p. 96.

Nosso objetivo é apresentar ao público essa proximidade entre passado e presente, vivo em nossa sociedade atual.

A utilização da numismática como fonte primária não é novidade. Daremos alguns exemplos de como estabelecer esta relação História / Moeda através da análise da iconografia contida nos aversos e reversos monetários. Para isso utilizaremos como modelo as amoedações de 1000 Reis, de 1924, durante o Governo de Artur Bernardes.

No averso, analisamos a representação do Cruzeiro do Sul, acompanhada da imagem da República (uma jovem com os seis nus, identificando a liberdade), com uma cornucópia, símbolo da abundância.

No reverso, a mesma representação dos escudos da VII Legião *Victrix Germae*. Uma coroa de louros, com os símbolos do Império Romano e a estrela que, segundo Suetônio, legitimou o poder de Augusto, como herdeiro e sucessor de Caio Júlio César.

Para o homem contemporâneo é difícil ligar a moeda a um meio de comunicação entre povos distantes. Ao possuidor na Antigüidade de uma determinada espécie monetária estranha, esta falava-lhe pelo metal nobre ou não em que era cunhada, pelo tipo e pela legenda. O primeiro informava-o a riqueza de um reino e os outros dois elementos diziam-lhes algo sobre a arte, ou seja, o maior ou menor aperfeiçoamento técnico usado no fabrico do numerário circulante, sobre o poder emissor e, sobretudo, sobre a ideologia política-religiosa que lhe dava o corpo. É dentro deste último aspecto que podemos explorar a fonte numismática.

Num mundo onde não existiam meios de informações comparáveis aos nossos, onde o analfabetismo se estendia a numerosas camadas da população. A moeda é um objeto palpável, que abre todas as portas e proporciona bem estar. Nela pode-se contemplar o busto do soberano, enquanto os reversos mostram suas virtudes e a prosperidade da época: *Felicitas Temporum*, *Restitutio Orbis*, *Victoria e Pax Augusta*, são slogans, propaganda.<sup>2</sup> Fazendo parte assim da máquina estatal, onde a numismática entra como um monumento de legitimação do Estado, uma tentativa de manter inalterado o *status quo*.

As práticas do poder — e seus simbolismos — atuam, de uma maneira direta ou não, através de questões ideológicas. E, em toda a sociedade, através das idéias da classe dominante, predominam, oralmente ou através da escrita.

---

<sup>2</sup> ROLDÁN HERVÁS, J. M. Introducción a la Historia Antigua. Madrid: Ediciones Istmo, 1975, p. 166.

A moeda, como documento, pode informar sobre os mais variados aspectos de uma sociedade. Tanto político e estatal, como jurídico, religioso, mitológico, estético.

Chartier destaca a importância da interpretação dessa simbologia, chamada por ele de “signos do poder”. Daí a necessidade de constituir séries homogêneas desses *signos do poder*: sejam as insígnias que distinguem o soberano dos outros homens (coroas, ceptros, vestes, selos, etc.), os *monumentos* que, ao identificarem o rei, identificam também o Estado, até mesmo a nação (as moedas, as armas, as cores), ou os programas que têm por objetivo representar simbolicamente o poder do Estado, como os emblemas, as medalhas, os programas arquitetônicos, os grandes ciclos de pintura...”<sup>3</sup>

A relação documento / monumento está presente no cotidiano do historiador. Segundo o historiador francês Jacques Le Goff, os *monumentos*, herança do passado, e os *documentos*, escolha do historiador<sup>4</sup>. Cabe ao historiador identificar e definir as suas fontes, pois o documento não é inócuo é uma montagem consciente ou inconsciente, da história, da época, das sociedades que o produziram. Um esforço para as sociedades históricas impor ao futuro determinando imagem de si próprias. É necessário haver uma interdisciplinaridade para ser realizada uma desmontagem da ambivalência documento / monumento, através do próprio ambiente que o produziu, auxiliado pela arqueologia, e não baseado em uma única crítica histórica.

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando eles existem. Mas ela pode fazer-se, ela deve fazer-se sem documentos escritos, se os não houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, à falta de flores habituais. Portanto, com palavras. Com signos. Com paisagens e telhas. Com formas de cultivo e ervas daninhas. Com eclipses da lua e cangas de bois. Com exames de pedras por geólogos e análises de espadas de metal por químicos. Numa palavra, com tudo aquilo que, pertence ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL, 1990, p. 220.

<sup>4</sup> LE GOFF, Jacques. Documento / Monumento. In: Enciclopédia Einaudi. V. 1. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983, p. 103.

<sup>5</sup> FEBVRE, Lucien. Combates pela História. 2ª. ed. Tradução: Leonor Martinho Simões e Gisela Moniz. Lisboa: Editorial Presença Ltda, 1985, p. 124.

O dever do historiador é ampliar a noção de documento: “O novo documento, alargado para além dos textos tradicionais, transformado - sempre que a história quantitativa é possível e pertinente - em dado, deve ser tratado como um documento/monumento. De onde a urgência de elaborar uma nova erudição capaz de transferir este documento/monumento do campo da memória para o da ciência histórica”.

Em Roma a moeda tinha uma função muito mais específica, e não apenas comercial. Seus governantes precisavam legitimar o seu poder, através de meios que todo o vasto mundo romano tomaria conhecimento. Através do contato com as peças de bronze, prata e ouro, os súditos saberiam quem é o seu governante (busto no anverso ou cara), quais os progressos conseguidos no seu governo (imagem do reverso ou coroa). Os retratos (bustos, estátuas etc...) em Roma seguiam um padrão mais realista possível. Defeitos, sinais de velhice não são escondidos. Nas cunhagens e bustos de Júlio César, sua calvice é notada. Como o nariz aquilino da família constantiniana ou a barba ao estilo “filósofo grego de Juliano, o apóstata.

Essas cunhagens transmitiam uma mensagem simbólica para toda a sociedade, representando e indicando os rumos políticos, religiosos, econômicos que deveriam seguir.

Vários textos de época retratam os vestimentos consulares. Nós podemos visualizá-los e estudá-los nas moedas de Maximiano.

Nesse artigo, tentamos mostrar que é possível estudar e trabalhar com História Antiga no Brasil, utilizando a moeda como documento. Os alunos podem visualizar séculos e séculos de História, comparando com atualidade, pois muitos dessa simbologia ainda esta presente na nossa sociedade. A República (figura feminina) com o barrete frígio (símbolo da liberdade) nas moedas republicanas brasileiras, o cristograma nas medalhas do Vaticano. São heranças de uma sociedade que muito não fazem questão de lembrá-la.

## AGRADECIMENTOS:

Pedro Paulo Abreu Funai, Glaydson José da Silva, Reanata Senna Garrafonni, Rejane Maria Vieira Lobo, Vera Lúcia Tostes, Eliane Rose Nery; ao apoio institucional da Fapemig, Universidade Carlos III de Madri e Universidade Federal de Alfenas – MG.

## FONTES NUMISMÁTICAS

Moedas de Diocleciano, Constatntino I, o Grande e Constâncio II. Rio de Janeiro: acervo do Museu Histórico Nacional, Medalheiro de Número 3; **Lote Número: 11, Lâminas de Números: 2 e lote 16 número 5;**

## CATÁLOGOS E DICIONÁRIOS

CAYON, Juan R. *Compendio de las Monedas del Imperio Romano*. V.2. Madrid: Imprenta Fareso, 1985.

HACQUARD, Georges. *Guide Romain Antique*. Paris: Hachette, 1952.

JUNGE, Ewald. *The Seaby Coin Encyclopaedia*. Second impression with revisions. London: British Library, 1994.

## Referências

CARDOSO, Ciro Flamarion S. e MAUAD, Ana Maria. *História e Imagem: Os Exemplos da Fotografia e do Cinema*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S. e VAINFAS, Ronaldo. (orgs.) *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL, 1990.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *A Renovação no Ensino de História Antiga*. In: KARNAL, Leandro (org.). *História em Sala de Aula*. São Paulo: Contexto, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Roma Vida Pública e Vida Privada*. 4ª ed. São Paulo: Atual, 1993

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. 2a. ed. Tradução de Leonor Martinho Simões e Gisela Moniz. Lisboa: Editorial Presença Ltda, 1985.

LE GOFF, Jacques. *Documento / Monumento*. In: Enciclopédia Einaudi. V. 1. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

ROLDÁN HERVÁS, J. M. *Introducción a la Historia Antigua*. Madrid: Ediciones Istmo, 1975.

VIEIRA, Rejane Maria Lobo. *A Imagem do Rei e do Reino de Portugal Através das Moedas de D. Fernando (1367-1383)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 1994.